



CENTRO DE ESTUDOS
AFRICANOS

**A agricultura no
desenvolvimento sócio-económico
de cabo verde**

Mário Murteira

Armando Trigo Abreu

CEA - Centro de Estudos Africanos
ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
Avenida das Forças Armadas, Edifício ISCTE, Sala 2N17
1649-026 Lisboa - Portugal
Tel: +351 217 903 067 | Fax: +351 217 955 361
URL: <http://cea.iscte.pt> | Email: cea@iscte.pt

1

**A agricultura no
desenvolvimento sócio-económico
de cabo verde***

Mário Murteira

Armando Trigo de Abreu

OCCASIONAL PAPER SERIES NR. 1

[*] Comunicação apresentada às “1ª Jornadas sobre a Agricultura de Cabo Verde”, organizadas pelo Instituto Nacional de Investigação Agrária de Cabo Verde, Instituto de Investigação Científica e Tropical e Instituto Superior de Agronomia, que tiveram lugar em Lisboa em 23/25 de Outubro de 1990.

Os autores são, respectivamente, professor catedrático e professor auxiliar convidado do ISCTE. Lisboa.

O que é CEA?

Criado em 1981, o Centro de Estudos Africanos - ISCTE, congrega antropólogos, economistas, historiadores e sociólogos, vinculados a diversas instituições académicas.

Sediado no ISCTE, o CEA constitui uma estrutura autónoma cujo objectivo é o de promover, de forma decididamente interdisciplinar, os estudos africanos em Ciências Sociais. As suas actividades têm vindo a incluir a realização de projectos individuais e colectivos de investigação e a organização de cursos e conferências de natureza e alcance diferentes.

O CEA desenvolve a cooperação, nos domínios da formação e da investigação com instituições científicas congéneres, designadamente nos países africanos de língua oficial portuguesa.

O CEA organizou em 90-91 o primeiro curso de pós-graduação em *Desenvolvimento Social e Económico em África*, frequentado por diplomados universitários de várias nacionalidades, designadamente oriundos dos países africanos lusófonos. Está prevista a passagem desse curso a mestrado a partir de 1992.

Presentemente a Direcção do CEA é constituída por Adolfo Yáñez-Casal, Armando Trigo de Abreu, João Morais, José Fialho Feliciano e Mário Murteira (Presidente).

CEA/ISCTE

Centro de Estudos Africanos

Ed. ISCTE, Av. Forças Armadas

1649-026 Lisboa Portugal

Tel:(+351) 21 7903067 Fax: (+351) 21 7955361 E-mail: cea@iscte.pt

Website: www.cea.iscte.pt

As opiniões expressas responsabilizam exclusivamente os respectivos autores.
1991

A agricultura no desenvolvimento sócio-económico de Cabo Verde

1. O desenvolvimento global da economia de Cabo Verde nos últimos anos foi muito positivo, contrastando fortemente com a evolução geral da região sub-saariana, de sentido regressivo. Assim, em termos reais, a economia cresceu a 6% ano em 1980/86, a FBCF a 7,4% e o consumo privado a 6,5% em média anual no mesmo períodoⁱ. Na evolução posterior contou decisivamente a favorável situação climática que permitiu excepcional produção agrícola em 1987/88ⁱⁱ.

No entanto, estes indicadores não permitem ignorar a extrema vulnerabilidade da economia, dada a incipiência do seu sistema produtivo (esta, por seu turno, derivada em larga medida da escassez de recursos materiais) e a sua forte dependência da ajuda externa. Esta financia mais de 80% do investimento do País e representou 49% do PNB em 1986. Neste ano, ainda, a assistência técnica contou para cerca de 1/4 da ajuda externa, enquanto a ajuda alimentar representou apenas 1/6 daquela ajuda. De notar que essa assistência está fortemente concentrada nos sectores sociais (Saúde, Trabalho e assuntos Sociais e Educação) e também no sector Desenvolvimento Rural e Pescas.

É nestas condições que Cabo Verde se situa a um nível médio de “desenvolvimento humano”, na classificação de recente publicação do PNUD (cf. Quadro I), embora a base material da economia seja extremamente precária.

Quadro I

Indicadores de “desenvolvimento humano” em Cabo Verde

	Cabo Verde	África sub-saariana	Países em desenvolvimento
Esperança de vida à nascença (1988)	65	51	62
Taxa de alfabetização dos adultos (1988)	50	48	60
Calorias em % das necessidades (1984/86)	125	91	107
População com acesso a água potável (1985/87) (%)	69	37	55
PNB p.h. (1987)	500	440	650
IDN*	0,53		

*Indicador de desenvolvimento humano, combinando elementos relativos à esperança de vida à nascença, à taxa de alfabetização e à garantia dum nível mínimo de rendimento. Varia entre 0 e 1.

Fonte: “Rapport Mondial sur le Developpement humain” 1990, PNUD, ONU.

2. Em termos de perspectivas a longo prazo, com todas as incertezas que rodeiam cálculos desta natureza, em particular numa economia tão pequena e vulnerável ao exterior como Cabo Verde, a questão crucial a colocar respeita obviamente ao confronto população/recursos. OS Quadros II, III e IV traduzem cenários possíveis (e nalguma medida desejáveis) da evolução até ao fim do século. O quadro II baseia-se em projecções da ONU, os Quadros III e IV em projecções realizadas pelos serviços competentes de Cabo Verde no âmbito da preparação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1985-90). Seleccionámos as projecções que distinguem a evolução da população nos meios urbano e rural, uma vez que essa distinção clarifica o possível papel da agricultura no desenvolvimento sócio-económico do País.

Quadro II

Projecções da população urbana e rural

	População em 1990 (10 ⁶)		Taxas anuais de crescimento (%)					
			P. urbana			P. rural		
	U	R	85/90	90/95	95/2000	85/90	90/95	95/2000
Mundo	2260	3032	2,47	2,55	2,55	1,19	1,07	0,83
Países em Desenvolvimento	1373	2698	3,59	3,59	3,51	1,39	1,25	0,97
África	202	410	5,24	5,08	4,83	2,04	1,98	1,86
Cabo Verde	0,233	0,146	5,67	4,79	3,91	-1,05	0,16	1,38
Angola	2,836	7,184	5,57	5,41	5,15	1,68	1,68	1,65
Guiné-Bissau	0,304	0,684	4,60	4,62	4,56	1,06	1,11	1,12
Moçambique	4,190	11,473	9,03	7,63	6,28	0,75	0,53	0,45

Fonte: "Étude sur l'économie mondiale", 1990, ONU, p. 148. Com base em World Population

Prospects, 1988, ONU

Em 1990, apenas 39% da população vive em zonas rurais, segundo as estimativas da ONU, enquanto 10 anos antes (Quadro III) essa população seria de 61%. Não sabemos em que medida os dados são comparáveis, dada a diversidade das fontes, mas vários indicadores sugerem forte redução da população rural na década decorrida, com paralelo rápido crescimento da população urbana (superior ao crescimento médio africano em 85/90 e muito superior ao crescimento da população urbana nos países em desenvolvimento). Claro que esta evolução aponta para factores poderosos de repulsão da população dos meios rurais e correspondente atracção dos meios urbanos, além da propensão emigratória.

Uma olhadela pelos cenários do ano 2000 (Quadros II, III e IV) suscita os seguintes comentários:

- Assume-se que o êxodo rural é praticamente contido a partir da presente década, aumentando ligeiramente a população rural até ao fim do século.
- A população urbana continuará a aumentar de forma significativa, embora a ritmo inferior à média africana. Implicitamente pois está admitida uma relativa melhoria das condições de vida da população rural, justificando o decréscimo da atracção do meio urbano.

De acordo com as projecções do II Plano Nacional de Desenvolvimento no final do século cerca de 1/3 da população viverá no meio rural, proporção apenas ligeiramente inferior à estimada para 90. De notar que em 1990, como no cenário para 2000, cerca de 90% da população rural está concentrada nas ilhas de Santiago, Santo Antão e Fogo.

Quadro III

Repartição da população no espaço (em%)

	1980				2000			
	Zonas rurais	Centros secundários	Centros urbanos	Total (milhares)	Zonas rurais	Centros secundários	Centros urbanos	Total (milhares)
Santiago	54,3	24,4	51,0	146,0	51,3	40,0	59,5	255
São Vicente	2,2	3,7	49,0	42,0	2,5	3,3	40,5	936
Santo Antão	19,4	19,5	-	43,0	21,9	18,3	-	57
Fogo	13,9	14,6	-	31,0	15,0	12,5	-	39
São Nicolau	5,5	8,5	-	13,5	5,0	5,8	-	15
Sal	-	14,6	-	6,0	-	11,6	-	14
Brava	2,4	7,3	-	7,0	2,5	3,3	-	8
Maio	1,4	3,7	-	4,0	1,2	2,5	-	5
Boa Vista	1,1	3,7	-	3,5	0,6	2,5	-	4
Total	100	100	100	296	100	100	100	490
%	61,0	13,8	25,2	100	32,7	24,5	42,8	100

Fonte: Deuxième Table Ronde des Partenaires du Développement, TOME I, p. 35 (Praia, 1986).

Quadro IV

Perspectivas a longo prazo - evolução da estrutura do PIB

	1985	1990	2000
Agricultura	12,5	11,7	9,9
Pesca	3,9	4,6	4,4
Indústria e Energia	5,5	7,3	12,1
Construção e Obras Públicas	15,0	15,2	12,2
Transportes	15,8	14,4	14,9
Comércio	27,3	23,4	21,1
Serviços Diversos	9,2	10,6	13,4
Serviços Governamentais	10,6	12,6	13,0

Fonte: Deuxième Table Ronde..., op. Cit. P.46

Todavia, as projecções referidas no Quadro IV mostram o declínio relativo (partindo de valores já reduzidos) da agricultura na estrutura económica, cuja contribuição estimada para o PIB será apenas da ordem dos 10% no ano 2000, proporção já inferior à estimada para a indústria na mesma altura.

É evidente o significado destas perspectivas: a agricultura não desempenha nem poderá desempenhar papel decisivo no sistema produtivo Cabo Verde - necessariamente baseado em actividades secundárias e terciárias - mas na perspectiva do equilíbrio sócio-económico do País (quer na fixação de populações fora dos centros urbanos, quer na garantia duma cobertura demográfica adequada das várias ilhas que constituem o País) a agricultura tem já função preponderante.

3. Por outro lado, obstáculos naturais constituem desafios temíveis ao desenvolvimento rural de Cabo Verde (Rios, 1986). Integrado na região de Sahel, Cabo Verde sofre de períodos de seca, caracterizados por ausência de chuvas, precipitação inferior à normal ou má repartição desta no período de chuvas. O facto tem causas e consequências ecológicas suficientemente conhecidas, que não iremos aqui analisar. Importa simplesmente assinalar que as actividades de agricultura e florestação têm no contexto Cabo Verdeano uma componente ecológica que lhes conferem um significado que vai muito além do estritamente económico ou produtivo a curto prazo. A conservação dos solos e das águas, a mobilização dos recursos hídricos, entre outros aspectos, adquirem neste contexto relevância estratégica.

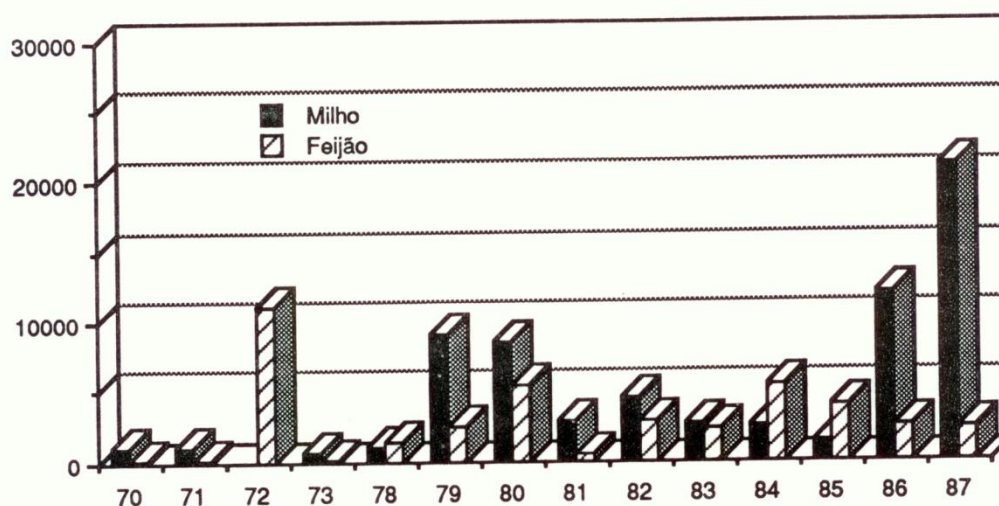
Reunindo esta dimensão ecológica à dimensão anteriormente referida da fixação equilibrada de populações do território com níveis aceitáveis de emprego e rendimento, encontra-se o essencial da função da agricultura no desenvolvimento sócio-económico do País (Murteira, 1988). A especificidade das condições físicas e humanas do território, porém, justificam e requerem uma actividade própria de investigação científica e tecnológica, cujos resultados aliás poderão ter significado para além do futuro e imediato interesse do País. Neste sentido, Cabo Verde poderá ser, nalguma medida, um laboratório de pesquisas inovadoras sobre o tema crucial neste declinar do século XX e que tem a ver com o mútuo condicionamento homem-natureza.

4. A noção de laboratório foi já desenvolvida na história pelas ilhas atlânticas, em contextos diferentes, interessando determinar os vectores essenciais de uma nova experimentação e como esta se coloca no mundo moderno. Importa reconhecer, no entanto, e justificar em face dos resultados actuais, que o modelo actual da agricultura, produto de inovação agrícola continuada, sobretudo no Século XVII, encontra dificuldades insuperáveis que fazem pairar regularmente sobre as populações rurais do País o espectro da privação.

Historicamente, parece poder afirmar-se que Cabo Verde e a sua agricultura de sequeiro são afectadas por fenómenos climáticos de determinação difícil e efeitos agrícolas pouco controláveis. Em primeiro lugar, esta afirmação ao mesmo tempo que reconhece o avanço no conhecimento dos fenómenos meteorológicos que afectam a zona, reconhece também os limites desse conhecimento no campo da previsão a longo prazo e as debilidades das explicações com base num eventual regime cíclico de longo prazo para a precipitação. Em segundo lugar, a afirmação estende-se para o modo como os efeitos, ainda que pudessem ser previstos, são controlados. Na verdade, conhece-se já um conjunto de medidas que, incidindo sobre a produção ou o consumo, visam controlar os efeitos dos acidentes meteorológicos, poupando às populações as consequências mais dramáticas. No caso de Cabo Verde, se se reconhece que as medidas actuando sobre o consumo têm sido oportunamente utilizadas - introduzindo o conceito de segurança alimentar -, verifica-se que a capacidade de actuar sobre a produção, em previsão de seca, é reduzida.

Este facto deriva da natureza geográfica do arquipélago que dificulta as óbvias transferências da população a que se assiste, por exemplo, nas áreas afectadas pela seca, no continente africano, da especialização em culturas anuais com períodos de sensibilidade à seca muito extensos, e também, da dificuldade em alterar padrões de especialização a favor de culturas menos exigentes em água (por exemplo, a substituição do milho pelo sorgo). As medidas, na produção, de resposta à seca limitam-se muitas vezes à prática de novas sementeiras das culturas anuais, ainda que se possam formular algumas hipóteses sobre a relação área semeada/nível de precipitação ao longo dos anos, salientando-se por um lado um tipo de comportamento do agricultor que reduzirá a superfície semeada na previsão de um ano seco e em oposição um modelo de expansão da área semeada mesmo na hipótese de um ano seco, visando, mesmo com rendimentos unitários muito baixos manter um rendimento global adequado à subsistência da família.

Gráfico I
Produções anuais de milho e feijão (Ton.)



Fontes: Rios, A. - Desenvolvimento Rural em Cabo-Verde, Economia e Socialismo, 68. 1986
Ministério do Plano e Cooperação - Relatório ao Governo sobre a Execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Praia. 1989

Os efeitos meteorológicos sobre a produção agrícola conferem-lhe um carácter fortemente aleatório, evidenciado pelas séries de produção de milho e feijão, apresentadas no Gráfico I.

É importante salientar que o coeficiente de variação das séries disponíveis de 14 anos de produções é, para o caso do feijão, 95,4% e, para o caso do milho, 117,7%, traduzindo em primeiro lugar uma escassa significação dos valores centrais das séries (a média das produções significa relativamente pouco com tal dispersão) e em segundo lugar uma menor instabilidade relativa das produções de feijão em relação às produções de milho, embora o desvio-padrão da série se aproxime, ainda assim, da média.

Constituindo estes dois produtos a base tradicional das dietas alimentares em Cabo Verde, este forte carácter aleatório causaria, independentemente do nível médio da produção, grandes problemas ao consumo alimentar global. Estes problemas crescem ainda quando se considera que os níveis da produção interna de milho não excedem 15% das disponibilidades anuais (produção e importação no ano) para o sexénio 1982-1987, sendo a taxa de auto-abastecimento para o feijão cerca de 50% para o mesmo período. É claro que estes dados apenas traduzem uma enorme vulnerabilidade da economia alimentar de Cabo Verde, que, em períodos de maior isolamento, menor atenção da potência colonial e dificuldades do comércio mundial se traduziu num enorme cortejo de mortes, documentado pelos trabalhos de António Carreira e Ilídio do Amaral.

Se estes traços caracterizam uma estrutura infelizmente estável e provavelmente secular da economia da economia alimentar, importa referir alguns fenómenos recentes que indicam senão transformações fundamentais, pelo menos direcções interessantes num processo de diminuição de vulnerabilidade ou insegurança alimentar atrás descritas.

Em primeiro lugar, a estabilização de um sector hortícola, irrigado, com apreciável aumento da área (+162ha no período do II Plano Nacional de Desenvolvimento) e melhor cobertura das necessidades do consumo interno. Em segundo lugar, a emergência de um sector pecuário semi-industrial com produção local sobretudo avícola e suínica com base em alimentos predominantemente importados conduzindo a taxas de auto-abastecimento assinaláveis. Em terceiro lugar a instalação de plantações florestais multi-uso com reflexos positivos na conservação do solo e da água.

5. É em relação a estas dinâmicas e limitações que importa definir as funções possíveis da agricultura e do sector rural em Cabo Verde e avaliar como essas funções podem vir a ser desempenhadas.

As funções tradicionais da agricultura podem definir-se em dois grandes domínios, a agricultura como fornecedora de matéria prima ou alimentar e a agricultura como fonte de emprego ou como parcial sustentáculo de emprego em outros sectores.

No primeiro caso, agricultura produtiva de bens, é usual distinguir a produção para o mercado interno - a alimentação das cidades, sobretudo - a produção para a exportação, o auto-abastecimento alimentar das populações rurais e ainda o fornecimento de bens de consumo intermédios no processo de produção agrícola.

No segundo domínio, importa distinguir os efeitos de fixação da população rural, através do emprego agrícola dos efeitos de reprodução - habitualmente parcial - de uma força de trabalho não agrícola através do fornecimento directo da alimentação ou

de habitação rural. Estas funções, isolada ou em conjunto, total ou parcialmente, podem encontrar-se em todos os sistemas agrícolas. Importa adiantar algo sobre o modo como a agricultura caboverdeana as preenche.

Uma primeira observação pode ser feita acerca da função mais óbvia de fornecimento de produtos alimentares. O auto-abastecimento rural não é conseguido, para os géneros básicos da dieta - milho e feijão - para o que contribuem claramente as dotações de terra por agricultor e os rendimentos unitários médios indicados nos Quadros V e VI.

Quadro V

Ilhas	População (1980)			Superfície cultivada	Superfície cultivada por unidade de	
	Total	Rural	Activa na agricultura	Total/ha	População rural/ha	Total da população/ha
1	2	3	4	5	6=5/3	7=5/2
Boavista	3 372	2 093	-	151	0.07	0.05
Brava	6 985	5 650	-	1 605	0.23	0.23
Fogo	30 978	26 440	-	6 407	0.24	0.21
Maio	4 098	2 357	-	199	0.08	0.05
Sal	5 826	5 037	-	8	-	-
Santiago	145 957	103 642	-	21 387	0.21	0.15
S. Antão	43 321	36 601	-	5 325	0.14	0.12
S. Nicolau	13 572	11 723	-	1 724	0.15	0.13
S. Vicente	41 594	6 098	-	142	0.02	-
Total	295 703	199 641	17 003	36 948	0.18	0.12

Fonte: Adaptado de RIOS, op. cit.

Quadro VI

Rendimento médio por hectare dos principais cultivos

Culturas	Sequeiro	Culturas	Regadio
Milho	580 kg/ha	Banana	30 t/ha
Feijões	380 kg/ha	C. sacar.	13 t/há
Tubérculo e raízes	8000 kg/ha	B. comum	15 t/há
		B. doce	12 t/há
		Cebola	20 t/há
		Mandioca	15 t/ha

Fonte: Relatório do Governo, op. cit.

Na verdade, pressões demográficas da ordem dos 5,6 rurais por hectare ou ainda 8,3 habitantes por hectare, com rendimentos por hectares de milho de 580Kg ou de feijão da ordem dos 380Kg conduziriam a produções per capita rural e por ano de 100Kg de milho e de 68Kg de feijão ou ainda a capitações globais por habitante de 70Kg de milho e 46Kg de feijão, referindo-nos a produções médias relativamente elevadas.

Embora a situação possa parecer mais positiva em relação a alguns produtos hortícolas, apenas para algumas espécies se previa uma auto-suficiência alimentar do arquipélago (casos da cebola, tomate e pimento), continuando grandes áreas de superfície agrícola de regadio a serem ocupadas pela cana sacarina, com produções relativamente baixas e dando origem sobretudo a um artesanato de “grogue”, pouco eficiente, de baixa qualidade, altamente consumidor de madeira e combustíveis vegetais e pouco competitivo em relação a bebidas similares importadas.

A função de exportação é ainda incipiente. As potencialidades reconhecidas, embora obviamente limitadas pela exiguidade das superfícies regadas, de exportação de banana e outros frutos exóticos apenas poderão “ser realidade a médio prazo” (II Relatório).

Também a utilização de produtos agrícolas como consumo produtivos no próprio sector parece ter virtualidades de desenvolvimento reduzidas. As principais utilizações continuam a ser as sementes e propágulos nas culturas tradicionais e, estendendo a noção de consumos produtivos, as lenhas e outro material combustível que representam parte importante dos consumos da família e da exploração, nomeadamente nos alambiques.

Passando ao segundo conjunto de funções, que se organizam à volta do tema agricultura - forma de vida, importa em primeiro lugar referir que os efeitos de emprego da agricultura caboverdeana são claramente maiores do que os resultados económicos da actividade. Com isto quer dizer-se apenas que um sector com uma eficiência produtiva baixa aglomera e necessita, para o seu funcionamento, fortes contingentes de mão-de-obra.

As dotações de mão-de-obra necessárias para a operação do sistema agrícola são na verdade muito altas, embora concentradas em períodos de tempo fortemente localizados, correspondendo as operações culturais bem determinadas. As indicações correntes das necessidades de trabalho para o conjunto milho-feijão que oscilam à volta dos 60 dias/hectare/ano, mais ou menos apoiadas por estudos empíricos (Gonçalves, 1983; Abreu, 1985) significam que as estimativas apresentadas por Rios (1986) e que apontam o número global de 17.000 activos na agricultura (ou seja 8,5% da população rural ou ainda correspondendo a 2 hectares de área de sequeiro por activo) se referem a uma realidade formal de emprego que tem poucas relações com o sistema social de agricultura.

Na verdade existem picos de procura de trabalho muito fortes que são satisfeitos pela população rural. Mas o que pode talvez colocar-se é uma questão diferente que se relaciona, de forma pouco usual, com a articulação rural-urbano no processo de produção.

Habitualmente, em sociedades não só africanas, considera-se que o sector agrícola assegura uma parte da reprodução da força do trabalho urbano/industrial diminuindo assim o custo real da mão-de-obra para o sector moderno e reorganizado o sector tradicional no sentido da viabilização, a baixo nível, do sector industrial. Os aspectos mais visíveis desta articulação residem em migrações pendulares do campo para a cidade, em contratos de trabalho sazonais ou por períodos limitados, na constituição

de uma agricultura a tempo parcial, etc.. No entanto, é possível que esta articulação funcione, mesmo ao nível do trabalho, em sentido contrário, constituindo-se uma população urbanizada que, em períodos de ponta de trabalhos agrícolas, se desloca ao campo para efectuar as operações culturais indispensáveis, num espaço de tempo limitado, assegurando de algum modo e na base urbana, a reprodução do sistema de agricultura.

A questão, já claramente posta, é de saber se o sector rural manterá uma capacidade de fixação de populações, invertendo a tendência actual, ou se esta tendência estabelecida nos períodos de seca recentes, se continuará a acentuar, concentrado a população em centros urbanos, com uma ruralidade subsidiária e uma agricultura episódica.

Um último tema, ainda relacionado com a função produtora de homens da agricultura, tem a ver com a emigração e os seus reflexos sobre o agrícola em Cabo Verde. A emigração pode ser aproximada como uma perda de recursos humanos - abandonando a hipótese de produtividade marginal igual a zero de alguns modelos de desenvolvimento -, como uma absorção de recursos não aproveitados e como uma exportação de capital humano cujo rendimento equivale às transferências privadas das poupanças dos emigrantes.

A avaliação dos efeitos migratórios sobre a agricultura, nas três perspectivas acima enunciadas, não encontra elementos disponíveis que possam permitir optar por um modelo teórico - produtividade marginal igual ou superior a zero -, que possam delinear os impactos produtivos e sociais da emigração ou que permitam avaliar o peso das transferências dos emigrantes nas receitas familiares. Conhece-se apenas o montante das transferências privadas globais que podem, eventualmente, afectar-se predominantemente a emigrantes e que têm representado acerca de 15% do PIB nos anos mais recentes. É todavia admissível supor que as remessas de emigrantes ajudam a viabilizar uma agricultura tão carente como a de Cabo Verde.

No entanto, é também importante assinalar que não parece poder estabelecer-se nenhuma relação directa entre a variação do volume da produção de subsistência e os fluxos migratórios, tal como aconteceu em muitos períodos de seca que deram origem a vultuosas saídas da população. Para tal parece possível que tenham contribuído as políticas de segurança alimentar desenvolvidas a partir dos anos cinquenta e reforçadas depois da independência que através da importação de bens alimentares e a criação de rendimentos de trabalho, tem assegurado a disponibilidade e acesso da população aos bens alimentares essenciais.

Mas, convém notar que se não é possível estabelecer aquela relação, isso não evita que as taxas de emigração não sejam substanciais. Na última década, excepto o ano de 1987, aquelas taxas oscilaram entre 5,6% e 16,2%, que se devem comparar com taxas de crescimento natural que se aproximam, descendo, dos 28,0%. Pode dizer-se que entre 15 a 30% do crescimento natural é absorvido pelas correntes emigratórias (Quadro VII).

Quadro VII

Taxa de crescimento líquido da população (por mil)

Anos	TBN	TBM	TCN	TE	TCL
1980	38,6	8,1	30,5	11,2	19,3
1981	40,6	7,6	33,0	5,6	27,4
1982	38,6	10,0	28,6	8,7	20,2
1983	36,6	8,8	27,8	11,7	16,7
1984	38,4	9,0	28,4	5,6	22,8
1985	38,1	8,2	29,9	7,3	22,6
1986	37,3	8,2	28,4	10,7	17,7
1987	36,8	7,8	29,0	2,3	26,7
1988	36,4	8,2	28,2	16,2	12,0

Nota: 1988 - Estimativa preliminar

TBN - Taxa Bruta de Natalidade

TBM - Taxa Bruta de Mortalidade

TCN - Taxa de Crescimento Natural

TE - Taxa de Emigração

TCL - Taxa de Crescimento Líquido

Fonte: Relatório ao Governo ... p.9

6. É sobre este conjunto de funções, mais ou menos preenchidas, que se desenvolve a questão rural em Cabo Verde. No entanto, por trás destas funções anuncia-se uma problemática que tem mudado de aproximação recentemente. Esta problemática configurou-se durante muito tempo como a resistência do sistema agrícola às condições climáticas. Nestes termos as condições climáticas exteriores provocaram uma eficiência ou melhor uma ineficiência específica do sistema de produção.

Agora parece desenvolver-se uma concepção mais global do complexo clima-agricultura-produção, assinalando a necessidade de aceitar globalmente a determinação climática, reconstituir sistemas mais resistentes à variabilidade das chuvas e isolar sistemas muito artificializados de produção agrícola e pecuária. Em termos práticos esta nova tendência pode exprimir-se pela deslocação do sistema agrícola para culturas e variedades mais resistentes à seca (como o predomínio do feijão, a aceitação do feijão congo e as discussões sobre as vantagens comparativas do sorgo em relação ao milho), pelo ênfase na florestação de uso múltiplo, com funções de protecção do solo e da água e com funções de produção de lenhas e alimentos para gado, pelo forte investimento público em obras de defesa e conservação do solo e água, também pela constituição de um novo sector de regadio com produção horto-frutícola - contrastando com a omnipresente cana - e pelo desenvolvimento de um sector de pecuária sem terra, sobretudo na suinicultura e avicultura.

7. O aspecto mais importante desta nova tendência é sem dúvida a emergência de uma função de conservação que se articula de vários modos com as funções de produção que caracterizam o sector agrícola em Cabo Verde.

É essencial reconhecer, no entanto, que esta articulação é problemática no sentido em que a protecção de recursos e a conservação do território, encarado também como o referencial e suporte concreto de uma cultura, pode limitar, reorientar e também reforçar alguns aspectos das funções produtivas, sendo evidente que os aspectos limitativos são mais claramente apreendidos. Assim é que se desenvolve o conflito entre a ocupação do solo pela consociação do milho-feijão e a necessidade de aumentar o coberto florestal das encostas, de assegurar a infiltração e diminuir a escorrência, de promover em geral a conservação do solo. Também assim se assiste a um conflito entre as necessidades de lenha para os consumos familiares ou para a produção de “grogue” e a forçada criação de uma cobertura arbórea e arbustiva.

Assim também é que se reacende o conflito tradicional entre a apascentação dos pequenos ruminantes - a cabra - e os períodos de reserva para crescimento das novas plantações. Este conflito todavia não pode ser interpretado simplesmente como a necessidade de fazer sobreviver o território afastando os homens, mas impõe a definição de uma estratégia de transição entre uma ocupação agrícola não eficiente e uma ruralidade conservacionista com funções produtivas limitadas. A persistência de uma ocupação humana rural é indispensável à própria conservação dos sistemas naturais, bem como contribui para evitar o fenómeno de hiper-concentração urbana com agricultura episódica, no modelo que acima já referimos.

Esta estratégia, no entanto, não pode ser prosseguida sem a progressiva clarificação de algumas envolventes, entre as quais se podem citar:

- a criação de emprego urbano e urbano/rural;
- a qualificação de mão-de-obra;
- a arbitragem entre agricultura, floresta e pastagem na sua competição pelo uso do solo, arbitragem ao nível público e também privado, evitando o conflito entre a floresta pública e a pecuária privada que limita socialmente a expansão da florestação;
- a valorização social das actividades de conservação com reflexos na economia familiar rural e a sua coexistência com uma agricultura comercial de base pública e privada;
- a animação de centros urbanos regionais, com progressiva agregação do habitat rural disperso e fornecimento de serviços públicos.

Mas também a viabilidade de transição está ligada ao avanço do conhecimento e das tecnologias num conjunto de áreas onde a cooperação regional assume particular importância e onde as desvantagens comparativas do isolamento, da dimensão e do clima podem ser convertidas em virtudes e vantagens de um macro laboratório sub-tropical.

Os novos problemas da conservação do território e a estabilização de uma limitada agricultura definem áreas de investigação diversa onde as necessidades e os benefícios da cooperação internacional são claros. Neste contexto se poderá renovar uma vocação histórica de Cabo Verde como laboratório sub-tropical.

Referências bibliográficas

- .Elementos para a apreciação da Evolução Sócio-Económica em Cabo Verde, Praia, (1980-87)
- .Deuxième Table Ronde sur les Partenaires du Développement, Praia, 1986
- .Abreu, A.T. - Família e Trabalho uma Comunidade camponesa de Cabo Verde. Revista Internacional de Estudos Africanos, 3. 1985
- .Gonçalves, M. - Conservação do solo e água em Cabo Verde in Abreu, A. T. e Soares, H. (eds) Desenvolvimento e pesquisa em longo prazo em Cabo Verde, Fundação Gulbenkian, Oeiras, 1983
- .Ministério do Plano e Cooperação - Relatório ao Governo sobre a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento, Praia, 1989
- .Murteira, M. - Os estados de língua portuguesa na economia mundial, Presença, Lisboa, 1988
- .ONU, Étude sur l'économie mondiale, ONU, 1990
- .PNUD, Rapport Mondial sur le Développement Humain, ONU, New York, 1990
- .Rios, A., Desenvolvimento Rural em Cabo Verde, Economia e Socialismo, 68, 1986

NOTAS

ⁱ Elementos para apreciação da Evolução Sócio-Económica em Cabo Verde (1980-87), Praia

ⁱⁱ Relatório ao Governo sobre a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Ministério do Plano e Cooperação. Praia. 1989.